Acervo ISA

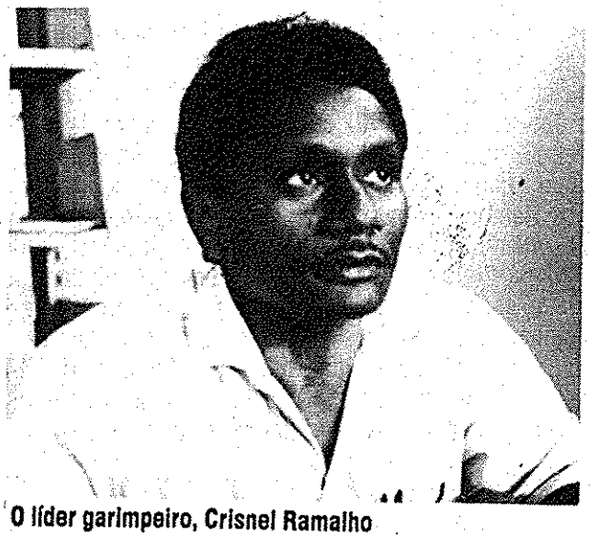
Garimpo / Geral
72

O ESTADO DE RORAIMA

domingo, 19/12/93

Estatuto do garimpeiro está pronto

O novo estatuto do garimpeiro será entregue no Congresso Nacional pelo presidente da Federação Nacional dos Garimpeiros - Fenag, José Alves, com vistas a reforma constitucional. O documento contendo cinco páginas foi aprovado no seminário realizado em Manaus, de 8 a 10 de dezembro, numa promoção conjunta da Fenag e o governo do Amazonas. A informação é do presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Roraima, Crisnel Francisco Ramalho, que integrou a mesa coordenadora dos trabalhos.



O líder garimpeiro, Crisnel Ramalho

A forma de extração de minérios e a operacionalização do garimpo foram os pontos de maior polêmica durante o seminário. Sobre as questões, ficou definido que os minérios deverão ser retirados do solo através de cooperativas a serem coordenadas pelos sindicatos de garimpeiros. A comercialização ficará a cargo do Governo Federal através da Caixa Econômica Federal.

Segundo Crisnel, as propostas aprovadas têm por objetivo evitar o grande volume de minérios que saem ilegalmente do país a cada ano. Para isso o controle do Governo Federal deverá ser rigoroso, e será acompanhado pelas entidades representativas dos estados produtores. O contrabando do minério nacional, por exemplo, já rendeu ao Uruguai a posição de um dos maiores exportadores de ouro sem registro de produção.

Cooperativas - Além dos garimpeiros, poderão participar das cooperativas, todos os empresários residentes há dois anos no Estado e que venham aplicando recursos para o seu desenvolvimento. O garimpo só será permitido através de projetos que levem em conta a preservação ambiental com o controle a cargo do Ministério do Meio Ambiente. Aos garimpeiros serão fornecidos equipamentos especiais e assitência técnica, além da construção de acampamentos com direito a alimentação.

A parte operacional será de acordo com o sistema de extrativismo atual, podendo ser através de dragas e chupadoras, para os que trabalham em sequeiras. A atividade será em forma de parceria, sendo que aos garimpeiros caberá 30% sobre o que for extraído, podendo haver variação para os mergulhadores que são os mais sacrificados.

Moralização - Crisnel Ramalho culpou o Governo Federal pela desmoralização da classe garimpeira, por não vigiar as casas de compra e venda de ouro pulverizadas por todo o país. O presidente atribui aos escritórios "picaretas" a responsabilidade pelas constantes calúnias envolvendo garimpeiros em contrabando de ouro e outras situações polêmicas.

Para receuperar a imagem dos antigos bandeirantes, o estatuto prevê a exigência de uma credencial para os garimperios, como todos os dados e referências pessoais de cada um, a ser feita através dos sindicatos.

Seminário - A comitiva de Roraima foi chefiada pelo vice-governador Airton Dias, muito aplaudido pelos participantes, ao defender uma política urgente de incentivo à industrialização da região Norte. Com a implementação da indústria, a Amazônia ficaria protegida dos grupos estrangeiros interessados pela sua internacionalização.

Na oportunidade, um jornalista estrangeiro apresentou um documento guardado em sigilo, que prevê a entrada de capital estrangeiro para a exploração da Amazônia elaborado com a colaboração do ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso. A carta está fundamentada em declarações do sindicalista Chico Mendes, morto por fazendeiros no Acre.

Um dos assuntos repudiados no encontro foi o interesse dos Estados Unidos em criar o "território Yanomami", através da ONU e independente do Brasil. Para integrantes da comitiva roraimense, essa é "mais uma manobra americana para tentar se apoderar da região onde se encontra a maior reserva mineral do mundo".

O Seminário Nacional de Política Garimpeira, contou com a participação do diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Emerson Prata Salomão. O geólogo de Roraima, Salomão Cruz foi um dos palestrantes no evento.